

POR UMA ARQUEOLOGIA DOS ENVELHECIDOS **Aspectos Teóricos do Envelhecimento Humano**

TOWARDS THE ARCHAEOLOGY OF OLD AGE *Theoretical Aspects of Human Aging*

Raquel Roldan Mastrorosa¹

raquel.mastrorosa@ufpe.br / <https://orcid.org/0000-0001-5155-8635>

168

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da relação das instâncias sociais, históricas, culturais e discursivas sobre os indivíduos envelhecidos com a produção do conhecimento arqueológico. A amplitude de interações teóricas interdisciplinares, precipuamente, a das ciências humanas, reflete novos questionamentos e possibilidades de pesquisa e interpretação da temática do envelhecimento humano na arqueologia. Trata-se de um constructo dotado de subjetividades e individualidades, não possuindo assim um caráter único, estático e universal. Verifica-se a necessidade da interação entre as abordagens osteoarqueológicas tácitas e as da teoria arqueológica interpretativa da cultura material, atualmente hegemônica, para o aprimoramento da reflexão sobre o corpo envelhecido nas diversas populações do passado e das inferências culturais e sociais sobre as mesmas.

Palavras-chave: Arqueologia dos Envelhecidos; Envelhecimento Humano; Teoria Arqueológica; Osteoarqueologia; Arqueologia do Corpo.

¹ Discente, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, UFPE.

ABSTRACT

This article shows an analysis of the relationship between social, historical, cultural and discursive instances about aged individuals with the production of archaeological knowledge. The breadth of interdisciplinary theoretical interactions, especially that of the human sciences, reflects new questions and possibilities for research and interpretation of the theme of human aging in archaeology. It is a construct endowed with subjectivities and individualities, thus not having a unique, static and universal character. There is a need for interaction between tacit osteo-archaeological approaches and those of the interpretive archaeological theory of material culture, currently hegemonic, to improve the reflection on the aging body in the various populations of the past and the cultural and social inferences about them.

Keywords: Archaeology of Old Age; Human Aging; Archaeological Theory; Osteoarchaeology; Archaeology of Body

A PERCEÇÃO DO CORPO NA ARQUEOLOGIA

É partindo de um breve panorama histórico de como o *corpo humano* foi concebido no pensamento arqueológico no decorrer dos anos que podemos compreender quais são as possibilidades de entendermos os corpos arqueológicos na contemporaneidade e, conseqüentemente, como novos estudos e pesquisas sobre os indivíduos envelhecidos e o envelhecimento humano podem se desenvolver.

O corpo tem sido foco das investigações arqueológicas desde o século XIX, mesmo que de forma indireta. Contudo, recebeu uma atenção especial no final do século XIX e início do século XX, com o desenvolvimento de metodologias de classificação e separação, fundamentados em uma percepção do corpo a partir da *evolução cultural*, prezando pelas disparidades biológicas (Hamilaks *et al.*, 1998). O movimento teórico intitulado *New Archaeology*, iniciado na década de 1960,

colocou o corpo no centro dos estudos arqueológicos, sendo este, agora, objeto de investigação científica, mesmo que de maneira implícita. O corpo passou a se desenvolver a partir de três parâmetros investigativos: os *corpos etnográficos*, com a implementação de estudos comparativos de análises de corpos vivos no espaço, a exemplo das pesquisas realizadas por Binford (1983) com os Nunamiut, onde buscou compreender a dinâmica espacial do grupo, a produção e disposição dos artefatos em relação ao corpo; os estudos dos *corpos mortos*, através dos contextos funerários; e dos *corpos osteológicos*, que provém do aumento pelo interesse na quantificação e no desenvolvimento de novos métodos e técnicas que permitem uma visão mais apurada sobre o modo de vida de populações passadas, com atenção especial ao desenvolvimento de metodologias voltadas ao estudo de paleopatologias (Silva e Castro, 2018).

Todavia, é a partir de pesquisas relacionadas com a abordagem teórica *pós-processual* que o corpo recebe uma atenção voltada para a interpretação arqueológica, estabelecendo-se assim como uma área de estudo e pesquisas dentro da Arqueologia, cujas principais problemáticas provém dos mesmos questionamentos identificados nas disciplinas sociológicas e antropológicas (Bourdieu, 1977; Butler, 2003; Foucault, 1987, 1988, 1989, 1996, 2008; Giddens, 1991, 1993; Silva, 2014; Silva, Castro, 2018; Silva *et al.*, 2011; Shilling, 1993). Os corpos, agora sociais, passam a ser compreendidos como *símbolos*, seja por seu estado (sujo, limpo, vestido, nu, etc), por suas diferenças (gênero, sexo, status social, clã, casta, estamento, categorias etárias) ou por suas representações (esculturas,

pinturas, registros rupestres); os corpos também passaram a ser vistos como *textos* socialmente construídos, sendo estes, corpos políticos que dispõe de uma narrativa, frutos de construções culturais (Silva e Castro, 2018).

Mesmo a par de como os corpos foram pensados e trabalhados nos estudos arqueológicos, é demasiadamente difícil, se não impossível, estabelecermos um único conceito para o *corpo* na Arqueologia. Alguns arqueólogos que trabalham sob o viés da *Arqueologia do Corpo*² defendem os *corpos* arqueológicos como sendo não conceituáveis, pois estes seriam dotados de pluralidades e normatividades intrinsecamente relacionadas com as construções socioculturais e suas relações com o meio ambiente e social (Hamilaks *et al.*, 1998). São corpos fenomenológicos, e neste ponto, considera-se o indivíduo e sua experiência pessoal; corpos que podem ser concebidos como uma dicotomia, um nexos entre a cultura e a biologia, o próprio passado personificado (Sofaer, 2006).

Ainda que sejam poucos os trabalhos que centralizam e pluralizam o corpo na Arqueologia, Joyce (2005) salienta que, mesmo sendo uma área desenvolvida tardiamente, a Arqueologia tem gerado contribuições consideráveis sobre o corpo e estas apresentam novas perspectivas sobre práticas e experiências corporais. Os corpos arqueológicos podem ser abordados e estudados através da corporeidade,

² A Arqueologia do Corpo é um ramo teórico da Arqueologia que teve os primeiros estudos na segunda metade do século XX, seus principais representantes são Joanna R. Sofaer, Rosemary A Joyce, Rebecca Gowland, Lynn Meskell, entre outros.

das tecnologias e das possíveis relações de poder exercidas sobre os mesmos (Meskell, 1998; Silva, Castro, 2018; Silva *et al.*, 2011). Outrossim, é necessário que desintegremos os corpos e seus respectivos conceitos, principalmente os contemporâneos dotados de normatividades, para que possamos trabalhar com eles na arqueologia. É notável uma proximidade teórica da Arqueologia, no nível de termos e conceitos, com a Antropologia e a História, em especial a Antropologia do Corpo e a História do Corpo, desenvolvidas entre a primeira metade e o início da segunda metade do século XX.

Sofaer (2006) evidencia a maior percepção do corpo na arqueologia através de parâmetros osteológicos, sendo estes, frutos de discursos dominantes, baseados em dicotomias consequentes da nossa historicidade. Os maiores interesses da arqueologia em relação ao corpo têm sido, infelizmente, na visão da autora, as informações sobre sexo e idade, sendo estas classificações não problematizadas nem trabalhadas pormenorizadamente. O remanescente ósseo arqueológico é posto como dado e não como indivíduo dotado de identidade e experiência pessoal: sua corporeidade³ é negada.

O corpo arqueológico se estabelece num tensionamento dicotômico dentro de correntes teóricas e metodológicas, sendo a primeira polaridade relacionada a

³ Corporeidade pode ser compreendida como a relação do ser vivo com o mundo através do seu corpo. É como a mente utiliza o corpo para se relacionar com o ambiente.

Osteoarqueologia e a segunda à Arqueologia Interpretativa⁴, uma Arqueologia da Cultura Material. Ao passo que a *Osteoarqueologia* é vista e abordada como “ciência” (teoria “tácita”), a Arqueologia Interpretativa, baseada nas teorias sociais do corpo, é compreendida como humanista. As dicotomias existentes, segundo a autora (Quadro 1) são trabalhadas comumente sozinhas na Arqueologia, ocasionando assim em uma fragmentação dos corpos. Mas, para que se pense o *corpo*, é preciso pensar as subjetividades, suas implicâncias e sua coexistência, é necessário considerar o corpo biológico tanto quanto o corpo cultural, pois são indissociáveis.

Osteoarqueologia	Arqueologia Interpretativa
Ciência	Humanismo
Não teórica	Teórica
Morto	Vivo
Interior	Exterior
Natureza	Cultura
Indivíduo	Fluído

Quadro 1. Aspectos da dicotomia existente na Arqueologia quanto ao estudo do corpo, conforme Sofaer (2006).

Conforme o Quadro 1, Sofaer (2006) ilustra as tensões existentes acerca do corpo humano entre as duas polaridades, Osteoarqueologia (teoria tácita) e Arqueologia (teórica) Interpretativa. Atualmente, o corpo é tratado na Arqueologia através do

⁴ A arqueologia teórica tradicional, que estuda a cultura material para chegar ao comportamento humano no passado.

viés de apenas uma das polaridades, de forma separada, nunca pensado através das duas polaridades relacionadas entre si. O corpo *osteoarqueológico* não é pensado como um corpo interpretativo e vice-versa. Na visão da autora, esse está posto na intersecção de ambas, onde deve ser imprescindível falar de um sem falar do outro.

Em uma breve explanação sobre as dicotomias existentes sobre o corpo na Arqueologia e seus respectivos tensionamentos, Sofaer (2006) expõe a Osteoarqueologia como sendo “não teórica”, um conhecimento de natureza “tácita”, pois por mais que a mesma esteja baseada em preceitos teóricos, estes acabam se tornando implícitos se comparados com a visibilidade das técnicas utilizadas. Estes preceitos foram construídos a partir da cultura e dos discursos dominantes/hegemônicos, sendo passíveis de análises pormenorizadas dos discursos metodológicos e classificatórios. A Osteoarqueologia observa o corpo individual, ao passo que a Arqueologia Interpretativa (ou Arqueologia da Cultura Material) tende a observar os corpos fluídos dentro de uma sociedade, que parte do indivíduo para a comunidade.

A Osteoarqueologia se atenta às modificações fisiológicas do corpo (enquanto entidade química, física e biológica), ao passo que a Arqueologia Interpretativa se preocupa com as pessoas e com os objetos, com as construções feitas sobre os corpos a partir dos próprios corpos e mentes - os objetos de cultura material. A

dicotomia entre os corpos mortos e os corpos vivos também implica não só nas concepções dos corpos como sendo objetos biológicos (mortos) e sujeitos culturais (vivos). Aí, a expressividade das práticas mortuárias advêm de sujeitos culturais vivos sobre os “objetos biológicos” mortos, existe uma integração de coexistência entre as relações.

As análises da representatividade e dos estudos sobre o interior dos corpos (esqueletos/remanescentes ósseos) e o exterior (órgãos/tecidos moles, músculos), são disparidades que não podem ser dissociadas das análises arqueológicas. Entretanto, muitas vezes, não são consideradas em sua dualidade. O corpo natural se contraposto com o corpo cultural, reflete, designa um corpo fenomenológico, que sente, experimenta e vivencia o mundo. Os corpos podem ser admitidos então como “biotextos”, como cultura material (Barret, 1994; Shanks e Tilley, 1987; Sofaer, 2006).

No centro dessas tensões torna-se possível pensar o corpo arqueológico, ou melhor, os corpos arqueológicos, os quais não podem ser concebidos e retratados somente em uma única instância. Portanto, é preciso nos atentarmos às materialidades do corpo, aceitarmos que os corpos arqueológicos são plurais, fluídos, subjetivos, transitórios e dependem de ambas as “abordagens” para existirem na produção do conhecimento arqueológico como um todo.

Em síntese, para que seja possível realizarmos uma *Arqueologia do Envelhecimento*, é necessário que se estude os *corpos vivos, a priori*, bem como o *corpos mortos, a posteriori*, como corpos compostos de significados sociais e pessoais, um objeto dual dentro da interpretação arqueológica. Devemos perceber o corpo na sua materialidade e subjetividade fenomenológica, torná-lo objeto comparável, onde seja possível perceber os indivíduos, bem como os agentes sociais em um *continuum*.

Por uma Arqueologia do Envelhecimento

A construção científica e acadêmica de uma Arqueologia do Envelhecido⁵ teve como precursor o sueco Stig Welinder, em 2001, sendo o seu artigo “The Archaeology of Old Age⁶” o primeiro trabalho em arqueologia a pensar e a discorrer sobre o envelhecimento e velhice. Uma lacuna estende-se na produção científica até o ano de 2010, quando são publicados novos estudos científicos voltados para uma *Archaeology of Old Age* (Alencar, 2019; Appleby, 2010, 2011; Fahlander, 2013; Cave e Oxenham, 2014; Gowland, 2015; Ross e Oxenham, 2015; Cave e Oxenham, 2016; Appleby, 2017; Cave e Oxenham, 2017; Smith *et al.*, 2017).

⁵ Consideramos “Arqueologia do Envelhecido” a tradução mais apropriada ao termo “Archaeology of Old Age” mediante a ideias, objetivos e conceitos.

⁶ Ver Welinder (2001: 163-178).

Embora a primeira abordagem sobre o envelhecimento e a velhice dentro da Arqueologia tenha se dado no ano de 2001, somente a partir de 2010⁷ as questões voltadas para o caráter identitário, social, pautadas em uma genealogia⁸ do Envelhecimento e da Velhice, como também em problematizações sobre os discursos⁹ e métodos arqueológicos tornam a aparecer, caracterizando uma área de pesquisa que vem se consolidando até o presente momento, apresentando novas perspectivas e abordagens teórico-metodológicas.

Os questionamentos e as críticas levantadas por alguns pesquisadores/arqueólogos (Appleby 2010, 2011, 2017; Cave e Oxenham, 2016, 2017; Fahlander, 2013; Gowland, 2015) amparam-se na existência de uma dialética entre as interpretações sobre o passado em função do presente (Hodder, 1994: 189). Essa dialética baseia-se no fato de que os indivíduos estão sob constrangimentos estruturais¹⁰, os quais acabam refletindo em suas problematizações e interpretações. Desta maneira, o modo de pensar, agir e fazer são adquiridos através da vivência e experiência de mundo e sociedade, a qual Pierre Bourdieu (2007) denomina de *habitus*.

⁷ Ver Appleby (2010: 145-68).

⁸ Genealogia: “o método genealógico é, portanto, uma tentativa de desassujeitar os saberes históricos, isto é, de torná-los capazes de oposição e de luta contra a ordem do discurso” (Revel, 2005: 53).

⁹ Discurso “um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comum, sendo vista também como, função normativa e reguladora” (Revel, 2005: 37).

¹⁰ Constrangimentos estruturais: As formas pelas quais a realidade social (instituições, coletividades, representações coletivas, etc.) se impõe ao indivíduo.

O *habitus*, neste sentido, inclui as “representações sobre si e sobre a realidade, como também o sistema de práticas no qual a pessoa se inclui, os valores e crenças que veicula, suas aspirações, identificações, etc.” (Araújo e Oliveira, 2014: 218). Portanto, é imprescindível que estejamos em uma constante avaliação epistemológica, afim de que possamos refletir sobre as condições e limites da validade de técnicas e conceitos aplicados a Arqueologia (Thiry-Cherques, 2006). É necessário, pois, que tenhamos consciência do nossos próprios contextos sistêmicos, sociais e individuais que moldam as nossas “verdades”, os nossos discursos e que estão diretamente associados à nossa consciência e fazer arqueológico (Hodder, 1994).

178

Nesta direção, os arqueólogos do Envelhecimento têm refletido, principalmente, sobre as conceituações e sobre as genealogias discursivas que moldam e delimitam as pesquisas, sendo este um exercício ontológico histórico de “nós mesmos” em nossas relações com os discursos (re)produzidos. Para compreendermos, da melhor forma, como o *envelhecimento* (objeto), tornou-se alvo de estudos na Arqueologia e qual a sua importância para a interpretação dos modos de vida no passado, precisamos refletir a posição social dos atuais pesquisadores e as múltiplas compreensões possíveis sobre o passado.

Os trabalhos que versam sobre o envelhecimento humano na Arqueologia se basearam em duas principais vertentes de estudos, a primeira consistindo em análises bioarqueológicas e a segunda em análises de aspectos sociais. Em ambos

os casos, os trabalhos existentes sob a disciplina *Archaeology of the Old Age* também se preocupou com as questões teóricas. Entretanto, a aparição de dados relacionados ao envelhecimento humano existem nas pesquisas arqueológicas sem que estes apresentem maior cuidado ou respaldo sobre os aspectos inerentes ao envelhecimento.

Os dados inerentes ao envelhecimento aparecem sob a insígnia de categoria etária – *old age*¹¹ – não sendo considerado os processos biológicos, fisiológicos e fenomenológicos do envelhecimento. Desta forma, os indivíduos envelhecidos aparecem como um dado etário, parte de uma demografia e associados, quando existentes, em pesquisas relacionadas à marcadores de identidades coletivas.

Ainda que Appleby (2010; 2017) sugira as múltiplas possibilidades de estudar o envelhecimento, tirando-o de uma simples categorização etária e de dados demográficos, poucos são os trabalhos que versam sobre este assunto na Arqueologia, os “velhos” são resultados de estimativas de idade à morte. No Brasil, Alencar (2019) publicou o primeiro trabalho que disserta sobre o envelhecimento humano, nas percepções sociais e biológicas, entre indivíduos exumados em um Sambaqui no litoral de São Paulo e Mastroso (2021 *no prelo*) a pesquisa de dissertação de Mestrado que versa sobre indivíduos exumados do Sítio Pré-histórico Furna do Estrago, Pernambuco.

¹¹ Velho

Envelhecimento: uma conceituação necessária

O vocábulo *envelhecimento* mesmo que seja um termo universal, por ser imanente do ciclo da vida, não possui uma definição única e formal, pois também é impreciso (Arking, 2008). Existe uma multiplicidade de conceituações que variam de acordo com autoridades, ciências, temporalidades e perspectivas diferentes. Subsiste, pois, uma dissociação entre Envelhecimento e Velhice, que comumente são tidas como sinônimos, mas que se repelem, sendo a primeira inerente ao processo fenomenológico biológico dos seres vivos (Arking, 2008; Costa Santos, 2010; Moreira, 2017; Papaléo-Netto, 2017) e, a segunda, sendo de caráter social, identitário, construída e reproduzida culturalmente (Belato, 2009; Bosi, 2001; Chauí, 2001; Debert, 2004; Minois, 1987; Neri, 1991; Siqueira *et al.*, 2002).

O envelhecimento é corriqueiramente apropriado, conceituado e estudado pelas ciências, de modo geral, a partir de parâmetros e objetivos interessantes a estas e a suas metodologias. Partindo de um caráter biológico, relacionado aos processos de senescência¹² da nossa espécie, o envelhecimento pode ser conceituado como “mudanças degenerativas no decorrer do tempo, durante a vida pós-maturacional, que promovem o aumento da vulnerabilidade ao desafio, diminuindo, portanto, a capacidade de sobrevivência de um organismo” (Masoro, 1995: 3 *apud* Arking,

¹² “Mudanças relacionadas à idade que afetam adversamente a vitalidade e a função de um organismo e, o mais importante, aumentam a taxa de mortalidade em função do tempo.” (ARKING, 2008: 11)

2008: 10). O Envelhecimento possui um caráter *biológico, progressivo, intrínseco e deletério* (Strehler, 1982), não podendo ser visto como um único processo e podendo ser categorizado em três fases na contemporaneidade (Fechine e Trompieri, 2012).

A primeira categorização de envelhecimento, dentro de parâmetros biológicos, tende a ser compreendida como *Envelhecimento Primário* que por sua vez inclui as “mudanças universais com a idade numa determinada espécie ou população, sendo independente de influências ambientais e doenças” (Spirduso, 2005: 109); o *Envelhecimento Secundário* “referente aos sintomas clínicos, onde estão incluídos os efeitos das doenças e do ambiente” (Spirduso, 2005 *apud* Fechine e Trompieri, 2012:109). Por último, o *Envelhecimento Terciário* ou terminal, que é o “período caracterizado por profundas perdas físicas e cognitivas, ocasionadas pelo acumular dos efeitos do envelhecimento, como também por patologias dependentes da idade” (Birren e Schroots, 1996 *apud* Fechine e Trompieri, 2012: 109).

Ao considerarmos os parâmetros históricos, sociais e antropológicos, o envelhecimento está associado, majoritariamente, aos arquétipos identitários (Hall, 2006), desenvolvidos e reformulados no decorrer do tempo e do espaço, socialmente variável e proveniente de preceitos culturais (Debert, 2004; Minois, 1987). As construções do envelhecimento derivam e variam através de estigmas sociais apreendidos pelo envelhecimento biológico, atrelados as necessidades sociais de determinado grupo. A Velhice “é um estado que caracteriza a condição do ser humano idoso (...) é uma representação coletiva” (Costa Santos, 2010:

1036).

“La vieillesse humaine telle que nous la connaissons aujourd'hui est en d'autres termes une création de l'histoire. Cette observation justifie tout à la fois l'hypothèse d'un changement de statut du vieux au long de l'histoire des sociétés humaines, et la difficulté de la vérifier, dans la mesure où on peut envisager que ce n'est pas un statut seulement, mais la personne âgée elle-même qui a changé.” (Philibert, 1984 *apud* Minois, 1987:15).

A *Velhice* constitui-se entre uma relação dicotômica da percepção do Corpo/Sujeito e seu processo de envelhecimento, em relação a como a sociedade aceita, constrói e categoriza esse envelhecimento (Lopes, 2010). A *Velhice*, enquanto identidade que designa o indivíduo envelhecido, “est une réalité, redoutée par ceux qui ne l'ont pas atteinte, et souvent mal vécue par les vieillards” (Minois, 1987:14). A *Velhice* e o Envelhecimento são fenômenos experimentados, construídos e sentidos pelo corpo (Merleau-Ponty, 1999) e como enfatiza Minois (1987):

“Chaque société a les vieillards qu'elle mérite [...] chaque type d'organisation socio-économique et culturelle est responsable du rôle et de l'image de ses vieux. Chaque société secrète un modèle d'homme idéal, et c'est de ce modèle que dépend l'image de la vieillesse, sa dévaluation ou sa mise en valeur”(Minois, 1987:19-20).

As categorizações de Envelhecimento e *Velhice* provém das necessidades contemporâneas ocidentais de organização, impulsionadas pelos discursos mecanicistas e políticos vigentes, onde um não exclui o outro em sociedade. O estabelecimento de *faixas etárias* e *idades*, são recentes e tal como as compreensões de envelhecimento, estão em constante mutação, variando nas mais diversas

conceituações e compreensões (Lopes, 2010; Sofaer, 2011).

Os estudos e interpretações arqueológicas, precipuamente os da Bioarqueologia¹³, tendem a relacionar o Envelhecimento a categorizações estipuladas em faixas etárias contemporâneas, subdivididas em grupos de idades preestabelecidas (Gowland, 2006; Sofaer, 2006, 2011). Segundo Joanna Sofaer (2011) muitas pesquisas bioarqueológicas baseiam-se em um modelo tripartido, no qual a Idade possui significados e significâncias diferentes:

“The first meaning of age is physiological or biological age, relating to physical aging of the body, and identified through the sequence of physical changes associated with human growth, maturity, and senescence. The second meaning of age is chronological age. This refers to the amount of time that has elapsed since birth, and is usually quantified in terms of a number of months or years.[...] The third meaning of age is social age. This is the culturally constructed understanding of what constitutes age - appropriate attitudes and behavior” (Sofaer, 2011: 286).

183

É partindo da relação entre a *Idade Cronológica* e a *Idade Fisiológica* que os bioarqueólogos categorizam os indivíduos em faixas etárias, comumente atrelados as abordagens processuais dentro da arqueologia. Mas, para que se possa perceber relações e marcadores identitários relacionados à Idade, é necessário uma conexão entre *Idade Social* e *Idade Cronológica*.

¹³ “Disciplina que estuda os remanescentes humanos em contexto arqueológico.” (em Larsen, C. S. Interpreting behavior from the human skeleton, da Cambridge University Press, 1997)

As idades e as compreensões sobre as idades nas mais diversas esferas científicas e socioculturais é uma das principais vias de estudo para compreendermos como o envelhecimento pode ser multifacetado dentro da arqueologia. Uma idade esquelética não é suficiente, principalmente se considerarmos que um mesmo indivíduo tende a envelhecer de maneiras distintas no seu próprio corpo (Rumyantsev, 2003), podendo apresentar resultados (idades) distintos às distintas técnicas de estimativa da idade à morte (*age at death estimation*) utilizadas pelos bioarqueólogos (Appleby, 2011: 235).

Nenhum indivíduo envelhece de maneira idêntica em relação aos seus pares (Moreira, 2017), contudo, é possível que existam semelhanças nos processos de envelhecimento entre descendentes, através da *Teoria Epigenética do Envelhecimento*¹⁴ (Moreira, 2017), como também em relações e modos de vida similares. Isso não quer dizer que o envelhecimento será posto de maneira cronológica, antes deverá ser analisado como um processo.

A Arqueologia do Envelhecimento centra-se em perceber o envelhecimento como um *processo* e não como categoria de idade, definida em parâmetros cronológicos contemporâneos (Sofaer, 2011:291). Considerar estes processos e suas formas

¹⁴ Consiste em apresentar o Envelhecimento como sendo uma característica epigenética, onde indivíduos que partilham dos mesmos genes podem apresentar processos de envelhecimentos parecidos, contudo, é necessário que se analise fatores externos que também interferem no envelhecimento de um indivíduo.

multifacetadas pode auxiliar nas compreensões sobre o modo de vida e de possíveis expressividades identitárias culturais através dos sepultamentos, que são a melhor forma de interpretar a cultura, principalmente de populações pré-históricas (Appleby, 2010, 2011, 2017; Cave e Oxenham, 2017; Fahlander, 2013; Gowland, 2015; Sofaer, 2011). Perceber, pois, uma identidade atrelada ao envelhecimento está para além das categorizações etárias: antes, é realizar uma *Bioarqueologia Social da Idade* (Sofaer, 2011).

Para compreendermos o Envelhecimento como processo e como possível viés de identidade, não basta somente termos uma idade cronológica esquelética. Antes é necessário pensarmos de maneira interdisciplinar outras idades e outros fatores biológicos que podem contribuir na elaboração e na percepção do envelhecimento nas pesquisas arqueológicas (Appleby, 2017). A utilização, pois, de uma *Idade Biológica Esquelética*, focada em analisar estes processos, poderia ser um viés metodológico convidativo para interpretar os significados de idade em contextos arqueológicos, ao invés de classificá-los e categorizá-los (Appleby, 2010). Estes poderiam ser divididos em três categorias:

[...] first, those that represent solely changes to the bones and have no obvious impact upon an individual (for example, cranial suture closure); second, those that cause changes to appearance (such as tooth wear and loss); and, third, those that have an impact on physiological function (for example, fractures caused by age-related thinning of bone). Such categories may include both traditional indicators of skeletal age and pathological conditions that can be linked to certain stages in the life course (Appleby, 2010:156-7).

Tal como as categorias etárias elucidadas em manuais osteológicos estão baseadas em parâmetros recentes sobre os períodos fixos da vida¹⁵, é questionável e imprescindível saber quem deve ser considerado “velho”, ou melhor, “envelhecido¹⁶”, em sociedades pré-históricas, pois, não se torna um fato obtermos uma idade categorizada, mas uma questão a ser examinada minuciosamente sobre quem poderia ocupar e/ou ser classificado no *status* de “Old age” (Fahlander, 2013). É preciso discutir e flexibilizar os “corpos envelhecidos” e não centrar exclusivamente em categorizações cronológicas, amalgamadas em faixas etárias, pois, um indivíduo cronologicamente jovem, podem apresentar processos de envelhecimento mais severos do que um indivíduo cronologicamente mais velho, e na ausência dessa flexibilização metodológica a apreensão sobre os estigmas sociais do envelhecimento ficariam esquecidas (Fahlander, 2013). A expressividade etária quando aplicada à populações pré-históricas tende a possuir um caráter imperialista e ser extremamente problemática nas interpretações arqueológicas¹⁷ (Appleby, 2010).

¹⁵ As categorias etárias apresentadas pelos manuais osteoarqueológicos tendem a apresentar também conceituações e categorizações distintas entre si.

¹⁶ Adotaremos no decorrer da pesquisa o termo “Envelhecido” para designar indivíduos que passaram por processos de envelhecimento, considerando que os termos “velho” e “idoso” são construções contemporâneas de identidades associadas à idades cronológicas que não suportam a associação e nem a finalidade desta pesquisa.

¹⁷ Os corpos “envelhecidos” possuem traços bioculturais - capazes de simbolizar - a respeito de modos de vida, tipos de sociedades, relações com o ambiente e entre os indivíduos/corpos; e que cada tipo de corpo envelhecido conta uma história específica sobre a ou as sociedades nas quais esteve inserido como sujeito social: os estigmas, marcas, traços do envelhecer são bioculturais e variantes no tempo-espço e nas sociedades e indivíduos.

Os corpos “envelhecidos” possuem traços bioculturais - capazes de simbolizar - a respeito de modos de vida, tipos de sociedades, relações com o ambiente e entre os indivíduos/corpos; e que cada tipo de corpo envelhecido conta uma história específica sobre a ou as sociedades nas quais esteve inserido como sujeito social: os estigmas, marcas, traços do envelhecer são bioculturais e variantes no tempo-espço e nas sociedades e indivíduos.

Atrrelados as novas perspectivas teórico-metodológicas sobre o Envelhecimento na Arqueologia, surgem também novos questionamentos e problematizações sobre como podemos encarar o envelhecimento através de apreensões sociais e culturais associadas ao *habitus*. Problematizações contemporâneas tendem a elucidar novos preceitos para olhar o envelhecimento no passado: Rebecca Gowland (2015), problematizou o cuidado e a violência para com pessoas envelhecidas, pois estas, comumente necessitam de mais cuidados e estão expostos a fatores de riscos, mediante aos processos de degeneração funcional. Nesse sentido, o envelhecimento e seus traços podem ser indicadores de práticas culturais interpessoais relacionadas ao cuidado com o outro e à violência para com o outro. Cave e Oxenham (2017), discutiram as disparidades de gêneros binários, considerando os processos de envelhecimento fisiológicos distintos entre os sexos, demonstrando como estes podem também interferir nos sepultamentos.

A relação entre o envelhecimento (fenômeno biológico e social) e o sexo biológico cromossômico binário é perceptível ao longo da história, seja por questões

atribuídas à papeis de gênero (também binário), ou por curvas de longevidade associadas à mortalidade (Minois, 1987). Sempre existe uma discrepância, seja cultural, social ou econômica associada ao dimorfismo sexual, que também se manifesta a partir de variabilidades biológicas atreladas à modificações hormonais (Arking, 2008).

Analisar possíveis marcas de violência e de organização espacial de sepultamentos, acompanhamentos e rituais funerários dentro dos cemitérios, bem como encarar o envelhecimento como um processo, flexibilizando as análises esqueléticas, podem nos fornecer informações precisas e interessantes sobre a expressividade cultural e o cuidado com os corpos envelhecidos em contextos arqueológicos, principalmente, pré-históricos.

Detração dos termos velhice e envelhecimento nos discursos das ciências sociais e da arqueologia sobre o corpo

A concepção tardia de uma Arqueologia do Envelhecimento é justificada por Appleby (2011) como sendo decorrente das construções dos discursos teóricos socioculturais ocidentais sobre os Velhos e sobre o Envelhecimento, que tendem à marginalização e ao silenciamento dos mesmos e, não necessariamente, da ausência destes em contextos arqueológicos (Appleby, 2017; Gowland, 2015). A velhice e o envelhecimento foram um dos pontos mais desconsiderados e esquecidos nos discursos até a década de 1970, sejam eles acadêmicos, políticos ou sociais. Os idosos incluem-se em uma categoria cada vez mais esquecida e são normalmente

relacionados a dois fatores principais no Ocidente: ao declínio (degeneração) e à morte (Beauvoir, 1990; Bosi, 2001; Chauí, 2001; Elias, 2012; Minois, 1987; Morin, 1998; Rodrigues, 2006a, 2006b).

A velhice e o envelhecimento estão correlacionados diretamente aos corpos velhos, que podem ser vistos como “sujos” (Appleby, 2017), “detentores de doenças” (Rodrigues, 2006b) e “problemáticos” (Debert, 1998), visões e categorizações sociais oriundas da exaltação e supervalorização dos corpos jovens, da jovialidade (Berger, 1994) e da eternização do corpo vivo, evidentemente “jovem”, com “beleza” e “saúde”. É impossível dissociar o envelhecimento e os velhos dos *corpos* do processo fenomenológico do envelhecer (Merlau-Ponty, 1999). Portanto, torna-se necessário presentificar as construções sobre os *corpos*, pois, “as coisas fabricadas pelo homem (inclusive o seu corpo) são discursos sem palavras, sem texto, que podem igualmente dar lugar a uma abordagem arqueológica dos saberes”¹⁸ (Gleyse, 2018: 27)¹⁹.

Gleyse (2018) denomina de “instrumentalização” os processos pelos quais os corpos – físicos – vem passando desde o século XVI, tendo início com as primeiras

¹⁸ Método de pesquisa do filósofo que trabalha sobre os vestígios de discursividade (Gleyse, 2018, p. 37).

¹⁹ A abordagem Foucaultiana arqueológica dos saberes trabalha, sobretudo, com discursividades e processos, enquanto o conhecimento arqueológico tradicional trabalha com vestígios mais genéricos de sociedades do passado.

anatomizações (*De Humani Corporis Fabrica* - Vesalius, 1543²⁰). As produções e apreensões sobre estes corpos, deram origem a uma nova maneira de percebê-los, sendo estes agora, passíveis de compreensão, melhorias, adaptações e controle. Os conhecimentos produzidos sobre os corpos ocasionaram uma substituição gradativa, no imaginário e da mentalidade popular e científica. Ainda no século XVI, estes passaram de naturais e divinizados para corpos mecânicos e instrumentalizáveis.

Originando-se nos conhecimentos anatômicos do século XVI, nas melhorias e avanços da medicina no século XIX, os corpos passaram a ser alvos de domínio e controle “através das estratégias e de práticas por meio das quais o poder modela cada indivíduo” (Revel, 2005: 32). Tal prática foi denominada, pelo filósofo Michel Foucault, de “anátomo-política”. Os corpos mecânicos – simples ou complexos – tornaram-se, no decorrer dos séculos, objetos manipuláveis, moldáveis e reproduzíveis. O discurso torna-se mecanismo de poder (Foucault, 1996) e os corpos, agora maquinários, discursos sociais. A instrumentalização, a mecanização do corpo e a transformação deste em objeto, institucionaliza o Biopoder²¹ nas sociedades ocidentais.

²⁰ Vesalius, A. *De humani corporis fabrica*. Basilae, J. Opérinus, 2 ème éd. 1555, (1er 1543).

²¹ Biopoder: “Conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p. 3). Note-se que esse conceito, como outros tratados aqui, como biopolítica e necropoder tem sido empregados na construção da Bioarqueologia social moderna.

É da necessidade de instrumentalização – biopoder - associada com as necessidades econômicas emergentes das sociedades modernas e industrializadas, contrapostas com um avanço progressivo da medicina e da ciência, ainda no século XIX, que as categorizações discursivas sobre os corpos, tais como as separações em “faixas etárias” (Minois, 1987) e as discussões entre o *saudável* e o *patológico* (Canguilhem, 2009) começam a se consolidar como mecanismos de controle social, dando margem as compreensões e categorizações contemporâneas que temos sobre os mesmos.

Os corpos, agora objetificados, estão sujeitos nas sociedades modernas do século XIX aos discursos médicos, higienistas e eugenistas, afim de que estes estejam em constante melhorias e adaptabilidades, ou descarte, mediante a aplicação de necropoderes. Os corpos passaram a ser modelados e compreendidos, principalmente por causa das necessidades da existência dos *corpos dóceis*, dos quais as sociedades industriais necessitavam e disto, precede os ideais de corpos funcionais (Foucault, 1987).

Neste ponto, se estabelece uma biopolítica²², a funcionalidade do corpo é desenvolvida e associada com a necessidade política de docilizá-los. É previsto,

²² Biopolítica: “um conjunto de biopoderes – designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população” (Revel, 2005: 26).

também, para a “infância”, posta como fase inicial, marcador de educação e modelação corpórea e comportamental. Mas seria, pois, a velhice, a fase final, onde o indivíduo perde a sua capacidade funcional e (re)produtiva dentro das sociedades sobre as condições e limites da validade de técnicas e conceitos aplicadas a Arqueologia (Thiry-Cherques, 2006). É necessário, pois, que tenhamos consciência da nossa inserção no próprio sistema socioeconômico capitalista, onde “o corpo torna-se tão mais útil quanto mais docilizado” (Furtado *et al.*, 2016: 37). Constitui-se uma relação dicotômica de poder: o domínio do indivíduo sobre si para o convívio em sociedade e da sociedade utilizando do controle discursivo sobre o indivíduo (pessoa, sujeito diferem e convergem nesse indivíduo-de-população).

192

Em contrapartida, associados aos mecanismos de poder que transformaram os corpos em máquinas funcionais objetificadas, os discursos sobre a “beleza” construídos sobre os corpos vigentes das sociedades industriais, integram-se prezando pela jovialidade que se sustenta como uma noção de eternização do corpo; a beleza torna-se valor primário a ser realizado a qualquer custo (Eco, 2010). Os corpos jovens no século XX representam saúde e virilidade, diferentemente dos corpos velhos que são postos como sinônimos de doenças e da Morte, por serem categorizados como a “ultima fase” da espécie humana (Debert, 1998; Minois, 1987). Os velhos passaram a ser vistos como testemunhas de um “fracasso”, pois não conseguiram manter a juventude (Rodrigues, 2006a: 192).

O conjunto juventude-beleza-virilidade-imortalidade (A) são compostos de corpos

ideais, enquanto o conjunto velhice-feiúra-desvirilidade-mortalidade (B) são compostos de corpos antagônicos, desprezíveis e não ideais. Onde A corresponde ao futuro/ inovação e B, ao passado e obsolescência. Tais relações produzem elementos discursivos hegemônicos para inúmeros contextos socioculturais, econômicos, políticos e religiosos na modernidade.

A marginalização dos velhos e do envelhecimento (*fenômeno*) se acentuaram, principalmente, através das percepções massivas desses corpos envelhecidos, provenientes de um crescimento exponencial da longevidade humana nas sociedades ocidentais no século XX. O avanço nas ciências possibilitou melhorias nas condições de vida, principalmente nos grandes centros urbanos, que ocasionou uma adaptabilidade humana nas cidades e culminou com o aumento da expectativa de vida da população (Debert, 2004). Em decorrência, os corpos envelhecidos, desfuncionais e degenerados, passaram a ser concebidos como fardos e gastos irrecuperáveis²³ para o Estado.

As políticas estabelecidas desde então, com o desenvolvimento das ciências no século XIX, tenderam a marginalizar e a desprezar os corpos envelhecidos, por estes não serem mais rentáveis e úteis. São dessas construções discursivas sobre o que é

²³ Na contemporaneidade vivenciamos um contexto pandêmico ocasionado pelo Sars-CoV-2, onde muitos governos apresentaram nitidamente seus posicionamentos quanto ao custeio e ao investimento na recuperação de indivíduos mais velhos perante aos indivíduos mais novos infectados. Uma necropolítica estabelecida em prol da funcionalidade e da economia, baseada em contemplar cada vez mais os corpos ideais e em descartar os corpos velhos e inoperantes.

belo, o que é saudável, o que é bem visto e bem aproveitado pela sociedade, do ponto de vista funcional e econômico, que se constitui um silenciamento sobre os envelhecidos e portadores de velhice na memória coletiva e nas políticas (Bosi, 2001). O envelhecimento e a velhice tornam-se, de forma oscilante, mas continuamente, um tabu social.

Um ruído emergente surge entre as décadas de 1970 e 1980, quando os velhos tornam-se sujeitos ativos, constituindo um grupo apto de consumidores (Bauman, 2008). O Estado percebe então, com o crescimento exponencial de indivíduos idosos, uma oportunidade de gerar lucro e de criar políticas que façam com que estes gerem retorno social. É também neste período que os velhos ganham visibilidade nos discursos acadêmicos, médicos e sociais. É gerado um mercado próprio para estes indivíduos e gradativamente são elaboradas políticas afirmativas. Estes processos de adaptabilidade ainda estão se estabelecendo e um silenciamento sobre estes ainda é perceptível, principalmente no campo das Ciências Humanas (Bosi, 2001; Chauí, 2001). As visões multifacetadas sobre o Velho e sobre o Envelhecimento na contemporaneidade refletem com primazia na Arqueologia, a exemplo, a ausência de problematizações e reflexões sobre as diversas possibilidades sobre as concepções biológicas e sociais do envelhecimento. Desta forma, as reflexões sobre as classificações, interpretações, discursos e sobre as pluralidades do envelhecimento é a via principal para compreendermos o envelhecimento no passado.

O Envelhecimento e o imperativo²⁴ do saudável e da imortalidade

Historicamente a busca pela juventude e pela imortalidade é antiga. A existência de narrativas desde a antiguidade sobre fontes da juventude ou sobre o findar do homem em seu envelhecimento remetem a noções bem precisas do envelhecimento humano e da presença dos indivíduos mais velhos entre essas sociedades (Araújo *et al.*, 2005). Minóis (1987) retrata a longevidade humana através de estudos demográficos realizados por outros pesquisadores no decorrer da história no Ocidente e nos mostra que a existência considerável de indivíduos envelhecidos não é um fenômeno tão recente quanto se pensava.

195

Considerando as problematizações que circunscrevem o Envelhecimento e a Velhice, conforme discutido nos tópicos anteriores, ao tratarmos dos corpos velhos e do envelhecimento enquanto um fenômeno, nos deparamos com o fator biológico da degeneração, associado com doenças. Tal como associado à doenças, o envelhecimento e os velhos estão associados também à morte, por esta ser a última fase de um indivíduo adulto. Ambas as associações tornam-se um problema para as sociedades industriais, que buscam, incessantemente, indivíduos jovens, saudáveis e funcionalmente ativos (Bauman, 2001).

²⁴ Imperativo, segundo o filósofo Immanuel Kant, é “uma regra que é caracterizada por um *dever-ser*, o qual expressa a necessidade objetiva de ação e significa que, se a razão determina totalmente a vontade, a ação ocorreria inevitavelmente segundo essa regra” (Kant, 2003:69).

As buscas por um prolongamento da juventude despontam nas sociedades ocidentais com o desenvolvimento da Medicina, principalmente com o surgimento da Gerontologia²⁵ e da Geriatria²⁶ no século XX (Papaléo-Netto, 2017). Areladas ao início das pesquisas sobre o envelhecimento nessas disciplinas, temos novas conceitualizações sobre o que é “normal²⁷” e sobre o que é “patológico”. Tais conceitos tornaram-se classificações discursivas que moldaram e criaram um movimento eugenista, cujo discurso “promove a intolerância e a coisificação, tornando-nos incapazes de suportar a diferença da individualidade” (Fensterseifer, 2009:86). Em decorrência desse movimento, os estudos acerca do envelhecimento tendem sempre a corrigi-lo, afim de “melhorar” e “prolongar” a vida humana, tendo em vista que ele é posto como uma *patologia social*²⁸ e não como uma normalidade. Portanto, nesse contexto, os seres humanos não deveriam morrer.

²⁵ Gerontologia: “disciplina científica multi e interdisciplinar, cujas finalidades são o estudo de pessoas idosas, as características da velhice enquanto fase final do ciclo da vida, o processo de envelhecimento e seus determinantes biopsicossociais” (PaPaléo-Netto, 2017:114).

²⁶ A Geriatria compreende o estudo clínico da velhice através da Medicina.

²⁷ Normal: “O normal não é uma média correlativa a um conceito social, não é um julgamento de realidade, é um julgamento de valor [...]” (MiNkowski, 1938: 84,93 *apud* CaNguilhem, 2009:45).

²⁸ Compreendemos aqui como patologia social uma “patologia geral e abstrata, situada além das patologias mentais e orgânicas individuais – que muitas vezes se pretendem de caráter universal – que as domina. Esta patologia dominante é de natureza cultural. As formas de perturbação e desvio são função de cada sociedade e do tipo de equilíbrio em que se fundamentam” (RoDrigues, 2006a: 41). As sociedades industriais olham para o envelhecimento como sendo uma doença que deve ser curada, consequentemente, os indivíduos envelhecidos sofrem com a exclusão e são tidos como “anormais.”

Deste modo, estabeleceram-se, na segunda metade do século XX, novas categorias classificatórias atreladas ao envelhecimento. Os indivíduos passaram a ser classificados, primeiramente, de acordo com as condições de qualidade de vida²⁹ nos países em que vivem. Em segundo lugar, temos as classificações voltadas à saúde dos idosos, mesmo sendo o envelhecimento um processo degenerativo e deletério, temos uma categoria de “idosos saudáveis”, compreendido também como as pessoas que estão vivenciando a “Terceira Idade”. Este novo grupo de indivíduos tidos como “idosos saudáveis” diz respeito aos indivíduos que mesmo tendo alcançado maior longevidade, ainda são independentes, sem limitações físicas ou patológicas aparentes, sendo funcionais e socialmente e economicamente ativos (Belato, 2009; Peixoto, 1998).

O indivíduo contemporâneo não deve mais “accepter votre vieillissement, mais prolonger la vie, par des activités physiques, intellectuelles et volontaires, le plus longtemps possible” (Bourdelaïs, 1993:373). Sendo assim, a busca por corpos “saudáveis” estabelece que os indivíduos devem ter controle total sobre os seus corpos. Ao passo que o “idoso saudável” torna-se um ideal a ser atingido, o “idoso doente” é visto como um símbolo de fracasso, totalmente incompatível com as necessidades das sociedades contemporâneas. Como notabiliza Fensterseifer (2009), a idealização e a promoção da “boa velhice” acaba empobrecendo as compreensões e as percepções que podemos ter dessa fase da vida, porque tendemos

²⁹ A ONU estabelece que um indivíduo idoso em um país desenvolvimento é aquele que possui mais de 65 anos e em um país ainda em desenvolvimento é aquele que possui mais de 60 anos (ONU, 2002).

sempre a querer *corrigir* as *deficiências* da velhice.

Em vista disso, o desenvolvimento das normatizações sobre os idosos saudáveis e a homogeneização do envelhecimento refletem de maneira negativa sobre os indivíduos que não conseguem alcançar este ideal. A tendência é a marginalização e o esquecimento dos indivíduos mais velhos que fogem ao padrão médico e social: para estes são criadas instituições responsáveis para “curar” esta “patologia social” (Bosi, 2001; Chauí, 2001; Elias, 2012). Os idosos que possuem algum tipo de dependência e limitações muitas vezes são levados para casas de apoio ou asilos e lá ficam até morrerem, sofrendo assim um isolamento tácito ³⁰ (Elias, 2012; Rodrigues, 2006a).

Bem como o distanciamento dos idosos doentes e debilitados, temos um distanciamento da morte. Ao passo que a senescência é tida como último estágio da vida humana, o seu sentido “é de ser símbolo, de simbolizar uma fronteira, um muro que se pode teoricamente recuar e onde se faz concentrar a ação de morte” (Rodrigues, 2006a:193). Não obstante, quando o “idoso saudável” cruza os limites de controle corporal e definha, este também sofre com a marginalização e o isolamento social, que já atinge àqueles que não alcançaram o ideal de saúde. Logo, a “morte social é decretada antes mesmo da sua morte biológica” (Rodrigues,

³⁰ Em grupos humanos do Japão medieval e esquimós, os envelhecidos, depois de uma certa idade ou “deficiência”, costumavam fazer o “auto-isolamento” e a “auto-eutanásia”, afastando a “deficiência” dos “não deficientes”, dos jovens

2006a:192).

A busca pelo prolongamento da longevidade humana, pela “fonte da juventude” e por padrões estéticos cada vez mais voltados para uma juventude perdida, nos coloca em um lugar de distanciamento da morte (Elias, 2012). A morte social, decretada como forma de aniquilamento e *correção*, dificulta a experiência do envelhecimento para os idosos, por enfrentarem um abandono coletivo, o último estágio da vida humana torna-se o menos quisto e o mais problemático.

199

Assim, de fato, a morte biológica nos lembra da nossa finitude, mas o distanciamento social entre as pessoas mais novas e as pessoas mais envelhecidas reafirma um recalcamen³¹to que teve início ainda na infância (Elias, 2012). A opressão dos nossos sentimentos, voltados a nossa finitude, nos afasta cada vez mais da nossa realidade biológica de envelhecimento, degeneração e morte, o que ocasiona numa reação inconsciente pela busca de um corpo, sempre saudável e imortal. A coexistência de um imperativo do “idoso saudável” é posta, juntamente

³¹ Recalcamento: Segundo as concepções freudianas de recalcamen³¹to, ele se manifesta como um mecanismo de defesa inconsciente que em um primeiro momento nega e ressignifica o que faz “mal” para o indivíduo, em decorrência o mesmo pode oprimir ou ter atitudes agressivas mediante a exposição ao problema. No caso do envelhecimento, o indivíduo desde a infância, por medo da morte, tende a afastar e a menosprezar tudo o que lembre ele deste fato e, pelos idosos e o envelhecimento serem os mais próximos da morte, eles acabam se tornando o meio pelo qual o recalque se manifesta (Freud, 1900:586).

com o imperativo da “imortalidade”: as classificações criadas afim de tentarmos mascarar a nossa condição finita, oprimem o envelhecimento e os envelhecidos.

Na Arqueologia a produção discursiva sobre a condição de vida de determinado grupo a partir da sua “saúde” parte de estudos bioarqueológicos e paleopatológicos, que se fundamentam nos estudos e classificações médicas baseadas nas normatividades contemporâneas (Gowland e Thompson, 2013). O envelhecimento não é encarado como um fenômeno e os remanescentes ósseos acabam sendo privados de suas individualidades³², decorrentes da tentativa de homogenizar o envelhecimento. Percebemos a atuação do imperativo do “idoso saudável” quando nos deparamos com os envelhecidos sendo tratados e classificados com os mesmos pesos de um indivíduo mais jovem. O envelhecimento não é posto como natural, antes é visto como uma patologia e assim sucede a reprodução discursiva procedente das nossas compreensões e classificações contemporâneas. Novamente temos as nossas verdades sobrepondo as pluralidades do envelhecimento e das formas de ser e viver (Appleby, 2010, 2017; Gowland, 2015).

200

No que tange a Arqueologia Funerária, os envelhecidos não recebem atenção

³² Os contextos socioculturais, ambientais, temporais, geográficos, são “diferentes” quando comparados as normalidades contemporâneas.

enquanto um gênero não binário³³: estes são tratados juntamente com os adultos de igual forma, pois não são pensadas as problemáticas do envelhecimento perante a degeneração, o cuidado e a morte. Assim como é tratada a saúde, a morte dos idosos é considerada da mesma forma que a da maioria dos adultos. Gowland (2015) reflete sobre a fragilidade do envelhecimento e do cuidado que os arqueólogos devem ter ao se depararem com remanescentes de indivíduos envelhecidos nos seus respectivos contextos, buscando entender a forma como as pessoas envelhecidas foram tratadas e se o envelhecimento foi um problema ou não para determinado grupo, se existia um cuidado ou um abandono, em última instância a *violência*.

201

Dessa maneira, é plausível que possamos refletir sobre as nossas próprias produções e escolhas discursivas, onde o *fazer arqueológico* é reflexo das nossas compreensões e normatizações contemporâneas. E, ao problematizarmos essas normatizações discursivas e classificatórias, possamos tentar compreender uma nova forma de enxergarmos o envelhecimento na pré-história. Considerarmos minúcias que devem ser analisadas com cautela e repensadas, afim de que possa se fazer jus ao envelhecimento enquanto um fenômeno e não tão somente como um dado de idade.

³³ Atualmente existem trabalhos relacionados ao estudo de Gênero em Arqueologia Funerária, sendo eles Binário (Masculino/Feminino) e Não-binário (Arqueologia da Infância).

CONCLUSÕES

O presente artigo apresenta, através de uma análise teórica sobre envelhecimento humano nas instâncias sociais, históricas, culturais e discursivas, uma contribuição para os estudos arqueológicos dos corpos de indivíduos envelhecidos. A amplitude de interações teóricas interdisciplinares, precipuamente a das ciências humanas, reflete novos questionamentos e possibilidades de pesquisa e interpretação na Arqueologia.

Normatizações e categorizações utilizadas pela osteoarqueologia merecem destaque de novas reflexões, considerando os contextos, escolhas e métodos por parte dos pesquisadores. Uma postura integrativa entre a teoria tácita da osteoarqueologia e a teoria interpretativa da cultura material, proposta por Sofaer (2006), é crucial para compreendermos o envelhecimento através dos estudos arqueológicos e as possíveis inferências culturais e sociais sobre os mesmos.

As deliberações discursivas e históricas aqui apresentados suscitam novos questionamentos, considerando as subjetividades e pluralidades do envelhecimento humano e dos indivíduos envelhecidos. Perguntas como “O que é estar/ser envelhecido?” em determinado contexto, “Até que ponto podemos considerar *normal* ou *patológico* ao considerarmos o envelhecimento humano?”, “O que uma Osteobiografia sobre o envelhecimento humano pode nos informar sobre os modos de vida no passado?”, “Como realizar, de forma integrativa, um estudo sobre o envelhecimento humano nas instâncias sociais e biológicas (ou bioculturais) na Arqueologia?”, apresentam-se como possíveis questionamentos plausíveis de

serem discutivos, aprimorando um campo teórico ainda recente e em construção.

Seja em representações imagéticas ou pictóricas do corpo envelhecido (estátuas, pinturas), análises de remanescentes humanos, vestimentas, adornos corporais, armas, tipo de sepultamento e representações sociais e culturais em contextos mortuários, análises discursivas e teóricas sobre a classificação na arqueologia ou nas multiplicidades dos estudos que possam integrar o envelhecimento, a fundamentação e reflexão teórica, precipuamente as que envolvem a Teoria Social, são fundamentais para a elaboração de novos questionamentos dando margem à novas possibilidades interpretativas sobre o passado.

203

Portanto, verifica-se a necessidade da interação entre as abordagens osteoarqueológicas tácitas e as da teoria arqueológica interpretativa da cultura material, atualmente hegemônica, para o aprimoramento da reflexão sobre o corpo envelhecido nas diversas populações do passado e das inferências bioculturais sobre as mesmas.

O desenvolvimento e finalização deste artigo contou com a contribuição do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq* e os docentes, discentes e técnicos do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, que auxiliaram direta ou indiretamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, S. M. de. 2019. “Quando os pescadores envelhecem: identidade e idade avançada entre os construtores do sambaqui Mar Virado, no litoral paulista”. *Cadernos do Lepaarq*, vol.16, (32): 180-193.

APPLEBY, J.E.P. 2010. “Why we need an archaeology of old age, and a suggested approach”. *Norwegian Archaeological Review*, vol. 43, (2): 145–68.

APPLEBY, J.E.P. 2011. “Bodies, burials and ageing: accessing the temporality of old age in prehistoric societies”. *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 30, (3): 231–46.

APPLEBY, J.E.P. 2017. “Ageing and the Body in Archaeology”. *Cambridge Archaeological Journal*, vol. 28, (01):145–163.

ARAÚJO, L. F. de, LUCENA, E. e CARVALHO, V. A. M. de. 2004-2005. “Aspectos Sócio-Históricos e Psicológicos da Velhice” *MNEME – Revista de Humanidades*, vol. 6: 13.

ARAÚJO, C. M. e OLIVEIRA, M. C. S. L. 2014. “Contribuições de Bourdieu”. *Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP.*, vol. 8, (2).

ARKING, R. 2008. *Biologia do Envelhecimento: observações e princípios*. Tradução Iulo Feliciano Afonso, Ribeirão Preto, SP : FUNPEC Editora.

BARRET, J. C. 1994. *Fragments from Antiquity. An Archaeology of Social Life in Britain, 2900- 1200 BC*. Oxford: Blackwell.

BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BAUMAN, Z. 2008. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

BEAUVOIR, S. 1990. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BELATO, D. 2009. *História da Velhice*. In: *Envelhecimento humano : campo de saberes e práticas em saúde coletiva*. / Organizadora Loiva Beatriz Dallepiane. Unijuí : Ed. Unijuí, p.15-32.

BERGER, K. S. 1994. The developing person through the life span. New York: Worth Publishers.

BIRREN, J. E; SCHROOTS, J. J. F. 1996. "History, concepts and theory in the psychology of aging". In. BIRREN, J.E. and SCHAE, K.W. (Eds.), Handook of The Psychology of agin. San Diego: Academic Press, p. 3-23. 4nd edition.

BINFORD, L. R.1983. Em busca do passado. Tradução de João Zilhão. Lisboa: Europa-America.

BOSI, E. 2001. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, P. 1977. Esboço de uma teoria de Prática. Cambridge: Universidade de Cambridge.

BOURDIEU, P. 2007. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 5^a edição

BOURDELAIS, P. 1993. Le nouvel Âge de la viellesse. Paris: Odile Jacob.

BUTLER, J. 2003. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CANGUILHEM, G. 2009. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 6^a edição revisada.

CAVE C; OXENHAM M. 2014. "Identification of the archaeological 'invisible elderly': An approach illustrated with an Anglo-Saxon example". International Journal of Osteoarchaeology.

CAVE C.; OXENHAM M. 2017. "Sex and the elderly: Attitudes to long-lived women and men in early Anglo-Saxon England". Journal of Anthropological Archaeology, vol. 48:207–216.

CHAUÍ, M.S. 2001. "Apresentação: os trabalhos da memória". In: BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, p.17-33.

COSTA SANTOS, S. S. 2010. “Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idoso e enfermagem gerontogeriatrica”. Revista Brasileira de Enfermagem, dezembro, vol. 63, (6):1035-1039.

DEBERT, G.G. 1998. “Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice”. In: DEBERT, G.G. (Org.). Antropologia e velhice. Campinas: IFCH/UNICAMP, p. 7-27.

DEBERT, G.G. 2004. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp.

ECO, U. 2010. (Org.). História da Beleza. Rio de Janeiro: Record.

ELIAS, N. 2012. A solidão dos Moribundos. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

FAHLANDER, F. 2013. “Intersecting generations: burying the old in a Neolithic hunter-fisher community”. Cambridge Archaeological Journal, vol. 23, (2): 227–39.

FECHINE, B. R. A., TROMPIERI, N. 2012. “O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos”. Revista Científica Internacional, vol. 1,(7):106-132.

FENSTERSEIFER, P. E. 2009. O imperativo do idoso saudável: Dimensões Éticas. In: DALLEPIANE, L. B. (Org.) Envelhecimento humano: campo de saberes e práticas em saúde coletiva. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 81–93.

FOUCAULT, M. 1987. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis : Vozes.

FOUCAULT, M. 1988. História da Sexualidade. A vontade do Saber. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. 1989. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.8ª edição.

FOUCAULT, M. 1996. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola. 5ª edição.

FOUCAULT, M. 2008. Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.

GIDDENS, A. 1991. Constituição da sociedade: Esboço da teoria da estruturação. University of California Press. Reprinted.

GIDDENS, A. 1993. Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: UNESP.

GLEYSE, J. 2018. A instrumentalização do corpo. São Paulo: LiberArs.

GOWLAND, R. 2006. "Aging the Past: Examining Age Identity from Funerary Evidence". In: GOWLAND, R. and KNÜSEL, C. (Eds.) Social Bioarchaeology of Funerary Remains. Oxford : Oxbow, p.143-155.

GOWLAND, R. 2015. "Elder abuse: evaluating the potentials and problems of diagnosis in the archaeological record". International Journal of Osteoarchaeology, vol. 26, (3): 514–23.

GOWLAND, R. and THOMPSON, T. 2013. Human Identity and Identification. Cambridge: Cambridge University Press.

HALL, S. 2006. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 11ª edição.

HAMILAKIS, Y., PLUCIENNIK, M. and TARLOW, S. 1998. Thinking the through the body: archaeologies of corporeality. Lampeter: University of Wales.

HODDER, I. 1994. Interpretación em arqueología: corrientes actuales. Ed. Crítica. 2ª edição.

JOYCE, R. A. 2005. "Archaeology of the body". Annual Review of Antropology. vol. 34:139-158.

KANT, E. 2003. Crítica da Razão Prática. São Paulo: Martins Fontes.

LOPES, M. G. 2010. Imagens e Estereótipos de Idoso e Envelhecimento, em Idosos institucionalizados e Não Institucionalizados. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

MASORO, E.J. 1995. "Aging : Current concepts". In: MASORO, E. J. (Ed.) Handbook of Physiology. Section 11 : Aging. New York: Oxford University Press, p.3-21.

MASTROROSA, R. R. 2021. Arqueologia do Envelhecimento nas perspectivas identitária e biológica: estudo de caso do Sítio Pré-histórico Furna do Estrago, Pernambuco, Brasil. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Arqueologia. Dissertação de mestrado.

MERLEAU-PONTY, M. 1999. Fenomenologia da Percepção. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martin Fontes. 2ª edição.

MELLO e ALVIM, M. C. e MENDONÇA DE SOUZA, S. 1983-1984. Os esqueletos humanos da Furna do Estrago - Pernambuco, Brasil – Nota prévia. Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte, vol.8-9:349-363.

MESKELL, L. 1996. "The somatization of archaeology: Institutions, discourses, corporeality". Norwegian Archaeological Review, vol. 29,(1):1-16.

MINOIS, G. 1987. Histoire de la vieillesse: De l'Antiquité à la renaissance. Paris: Fayard.

MOREIRA, V. G. 2017. Biologia do Envelhecimento. In: FREITAS, E. V. de. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 4 ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, p. 126-153.

MORIN, E. 1988. O Homem e a Morte. Portugal:Editora Europa América. Coleção Biblioteca Universitária. 2ª edição.

NERI, A.L. 1991. Envelhecer num país de jovens. Significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: Editora da Unicamp.

PAPALÉO-NETTO, M. 2017. "Estudo da Velhice: Histórico, definição do campo e termos básicos". In: FREITAS, E. V. de. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, p. 103-125, 4ª edição.

PEIXOTO, C. 1998. "Entre o estigma e a compaixão em termos classificatórios: velho velhote, idoso, terceira idade". In: BARROS, M. L. de (Org). Velhice ou Terceira Idade?. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 15-17.

REVEL, J. 2005. Michel Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz.

RODRIGUES, J. C. 2006a. O Tabu da Morte. Rio de Janeiro: Editora FioCruz. 2ª edição.

RODRIGUES, J. C. 2006b. O Tabu do Corpo. Rio de Janeiro: Editora FioCruz. 7ª edição.

ROSS, K.W. and OXENHAM, M. 2015. "To follow in their footsteps: an examination of the burial identity of the elderly from Non Nok Tha" In: BUCKLEY, H. and OXENHAM, M. (Eds.) The Routledge Handbook of Bioarchaeology in Southeast Asia and the Pacific Islands. London: Routledge, p.187–219.

RUMYANTSEV, S. 2003. "The intra-individual diversity in senescence". Biogerontology, vol. 4:171–8.

SILVA, S. F. S. M. da. 2014. Arqueologia Funerária: Corpo, Cultura e Sociedade. Ensaios sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 133p.

SILVA, S. F. S. M. da, CASTRO, V. C. de e LIMA, D. R. de. 2011. Arqueologia do corpo e da sexualidade: possibilidades de estudos sobre morte e gênero na arqueologia brasileira. *Clio Arqueológica*, vol. 26: 49-91.

SILVA, S. F.S.M. e CASTRO, V. M. C. de. 2018. "Corpo, Sexo e Gênero na Arqueologia: Revisitando alguns aspectos interdisciplinares". *Habitus*, vol.16:140-161.

SIQUEIRA, R. L. de, BOTELHO, M. I. V. e COELHO, F. M. G. 2002. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 7, (4): 899- 906.

SHANKS, M. and TILLEY, C. 1987. Social Theory and Archaeology. Cambridge: Polity Press.

SHILLING, C. 1993. The Body and Social Theory. London: Sage Publications.

SMITH, M., ATKIN, A. and CUTLER, C. 2017. "An age old problem? Estimating the impact of dementia on past human populations". *Journal of Aging and Health*, vol. 29,(1): 68– 98.

Clio Arqueológica 2022, V37 N1, p.168-210, MASTROROSA
DOI: 10.51359/2448-2331.2022.254547

SOFAER, J. R. 2006. *The Body as Material Culture: A theoretical osteoarchaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

SOFAER, J. R. 2011. "Towards a social bioarchaeology of age". In: AGARWAL, S.C.; GLENCROSS, B.A. *Social Bioarchaeology*. Chichester: Wiley-Blackwell, p. 285–311.

SPIRDUSO, W.W. 2005. *Dimensões físicas do envelhecimento*. Barueri, SP: Manole.

STREHLER, H. 1982. *Time, Cells and Aging*. New York: Academic Press.

THIRY-CHERQUES, H. R. 2006. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública* [online], vol. 40, (1):27-53.

WELINDER, S.2001. "The archaeology of old age". *Current Swedish Archaeology*, vol. 9: 163–78.